

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO																																																																																
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados																																																																														
							POs	ITRs / Manuais																																																																																		
Auxílio e Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo			Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.303/84 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Algo	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.																																																																														
													Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Algo	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.																																																																				
																							Atendimento a Solicitações	Ouvintoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvintoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.																																																										
																																	Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso																																																
																																											Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.																																						
																																																					Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.																													
																																																														Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão de estratégia do controle externo.																				
																																																																							Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração pública funcional, nos termos do art. 30 CE/89.										
																																																																																	Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.

Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Atendimento a Solicitações	Secretaria de Controle Externo			Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvintoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.																																																																				
													Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso																																																										
																							Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.																																																
																																	Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.																																							
																																										Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão de estratégia do controle externo.																														
																																																			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração pública funcional, nos termos do art. 30 CE/89.																				
																																																													Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.										
																																																																							Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento						(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.

Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 9/2018 Lei Federal nº 4.303/84 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual	Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.																																								
									PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.																																			
														PO Fiscalizar via Auditoria Financeira	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.																														
																			PO Fiscalizar via Auditoria Operacional	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.																									
																								PO Fiscalizar via Inspeção	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.																				
																													PO Fiscalizar via Levantamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.															
																																		PO Fiscalizar via Monitoramento Programado	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.										
																																							PO Fiscalizar via Acompanhamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.					
																																												PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.

Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno - TCE-GO; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 00/2014); • Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação dos ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação dos ISSAs de Auditoria Operacional.	PO Fiscalizar via Inspeção	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	(i) Administrativa Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.												
				Controle Direto	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formação, da formação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.						PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	(i) Administrativa Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devidados e responsabilizar infratores.					
											ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeito a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções.		(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.					
																ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.		(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO											
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)	Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os ramos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão da Accountability Institucional	Corregedoria-Geral		- Resolução Administrativa nº 008/2015 - Resolução nº 22/2008 – Regulamento Interno do TCE-GO; - Resolução Administrativa nº 13/2024 - Resolução Administrativa nº 14/2025 - ATRICON-CCOR Nº 1/2014 - Lei Estadual nº 16.168/2007	Realizar Prestação de Contas	Corregedoria-Geral	(i) Prestação de Contas das atividades da Corregedoria	Unidades do Tribunal, Presidência do TCE-GO, Sociedade	(i) Entregar informações com confiabilidade, rastreabilidade e comparabilidade, de modo a subsidiar o planejamento estratégico, a tomada de decisões da Corregedoria-Geral e o monitoramento do desempenho institucional, promovendo a transparência e o aprimoramento contínuo da gestão processual.
			Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO); (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.
			Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Melhoria Contínua	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal, Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais;
			Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Partes Interessadas	Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal, Parte Interessada	(ii) Estimula a melhoria contínua do TCE-GO; (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.
			Gestão de Riscos	Secretaria de Planejamento		Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos	Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal, Sociedade	(iv) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO; (v) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.
			Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico	Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal, Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
			Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 14/2025	PO Gerir Plano de Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(ii) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal, Sociedade; Jurisdicionados	
							PO Gerir POT1	Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Gerir Estrutura Organizacional	Diretoria de Melhoria Contínua	(ii) Organograma.	Tribunal	(ii) Sistematiza a alocação de competências e realização de operações.
							PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal, Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.
							PO Gerir Atendimento à Imprensa				
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa Nº 20/2024 Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) • Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos • Lei nº 13.795/2018 – Lei Geral de Proteção de	PO Planejar e Gerir Atividades do Controle Interno	Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.
							PO Exercer Controle Interno dos Atos de Gestão	Diretoria de Controle Interno			
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir a Transparência Institucional	Diretoria de Controle Interno	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica;	Poder Judiciário; Tribunal	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.
							PO Analisar Processos Administrativos	Diretoria Jurídica			
			Gestão do Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral		• Resolução Conjunta Africon- CCOR nº 260/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Referencial de Combate à Fraude e Corrupção Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União • Manual de Integridade Pública – OCDE, 2022 • Resolução Administrativa nº 01/2022 • Resolução Administrativa nº 1/2014 • Resolução Administrativa nº 08/2015 • Resolução nº 022/2008 • Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral	(i) Responsabilização Disciplinar aplicada; (ii) Apreciação de Contas Funcional realizada.	Tribunal, Sociedade.	(i) Garantir o devido processo legal, a uniformidade de procedimentos, transparência, legalidade em conformidade com as normas internas e com os princípios da administração pública.
							Gestão dos Processos Correccionais	Corregedoria-Geral		• Resolução nº 22/2008 • Resolução Administrativa nº 8/2015 • Resolução Administrativa nº 14/2025 • Resolução Administrativa nº 13/2024 • Resolução Conjunta ATRICON-CCOR Nº 1/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores	PO Gerir Processos Correccionais
			Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)					PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria
				Secretaria de Planejamento			Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)			
			Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 - RTCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 05/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 - GPRES; Portaria GP/CAFC nº 01/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001; Lei nº 17.029/2010 Decreto nº 8.806/2016; Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 954/2023 - GPRES; Resolução nº 22/2008 – RTCE/GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.225/2008; Lei nº 18.025/2013; Lei nº 11.589/91; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.862/2012; Lei nº 13.795/2018; Decreto nº 10.278/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos	Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.
							PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico	Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.
							Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial; (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional; (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.
						Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matrizes de Seletividade	Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo; (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.
PO Produzir Relatório de Inteligência	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.									
PO Produzir Conhecimento Estratégico	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido									
PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Fiscalização									

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.			Secretaria de Controle Externo		Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GP/RES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.897/2020	PO Gerir normativas eletrônicas à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 19/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
								Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas			(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GP/RES Resolução Adm. Nº 17/2024 Resolução Adm. Nº 19/2022 Resolução Adm. Nº 19/2024 Resolução Adm. Nº 27/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendimentos - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendimentos (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(i) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e a assegurar da qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 01/3/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhorias contínuas dos trabalhos de Fiscalização		
								Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade		
			Suporte à Função Judiciária	Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Orgânica do TCEGO (art. 9º) Regimento Interno do TCEGO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judiciária por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação). (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudências).	Tribunal	
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 199/2022 - GP/RES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	
						Plano Estratégico TCEGO Portaria nº 676/2018-GP/RES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 69/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal	
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 9/2020;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Serviço de Registro	(i) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Ato publicado no DOE/DEC. (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	
						Resolução n.º 004/2012; Portaria nº 36/2023 GP/RES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DEC.	Tribunal	
						Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75